

Essa Operação Desmonte é uma lição de anatomia que explica como e por que funciona tão mal a máquina burocrática do governo. Entende-se agora como se montou, pelas costas da cidadania, a engrenagem que subsiste com a preocupação exclusiva de se perpetuar. Todo o poder montado através de programas e órgãos secundários, muitas vezes redundantes, resultou na demonstração da mais perfeita inutilidade.

Deveu-se ao autoritarismo a proliferação de programas com endereço burocrático do labirinto dos ministérios, com verbas que se perdiam no percurso e cargos com vencimentos fixos, diárias, ajuda de custo e todos os agregados que confortam a função pública. Raramente as verbas e os resultados coincidiam no fim da linha: ficavam em geral pelo meio do caminho.

A multiplicidade de programas e órgãos capilares está para a administração pública como o *entulho* de normas autoritárias estava para os cidadãos. Não passaram de cortinas burocráticas atrás das quais uma pletora de técnicos e administradores falava muito e nada fazia de prático. Sem qualquer preocupação com os custos, estavam dispensados de apresentar resultados desde que produzissem relatórios que ninguém conferia.

Era inevitável que a expansão de tantos órgãos no vácuo de resultados gerasse coordenadorias ociosas, em nome de uma preocupação social que a realidade desmente. Ergueu-se um castelo de papel, que desmoronou ao primeiro sopro do ministro João Batista de Abreu. A realidade não sentiu a menor falta. Portanto, não existia senão um sistema de drenagem das verbas cuidadosamente reservadas para a sustentação da máquina, ficando para os programas apenas o que sobrasse das despesas de custeio e passeio.

A falta de resistência orgânica à amputação é indício da morte burocrática. Os estertores políticos não passam de espasmos fisiológicos, pois o que se apresentava como razão de ser dos programas era

uma falsa qualidade. Tudo se destinava apenas à sobrevivência dos próprios órgãos retirados dos ministérios. Se se mantiver a preocupação saneadora, muitos dos esvaziados ministérios que os mantinham poderão ser extirpados com maior proveito para o próprio organismo federal.

A iniciativa de se antecipar à vigência da nova Constituição é um passo oportuno do Executivo para recuperar tempo numa longa caminhada. O governo extinguiu o BNH porque, depois de vinte anos, continuava o déficit de moradias. O Ministério do Desenvolvimento Urbano é outra gestão de programas de que se ouve falar em discurso ou se mencione em relatórios que não costumam ter leitores. É tudo para fazer estatística burocrática. Os benefícios continuam desconhecidos da população.

A transferência de programas e projetos da União para estados e municípios é um bom começo. Sob os olhos dos contribuintes, ou se justificam ou vão desaparecer por inanição de verbas federais. Nada menos de 14 ministérios foram podados desses galhos inúteis. Por que não examinar o corte das próprias árvores que apenas deram sombra à burocracia? O Ministério do Desenvolvimento Urbano, sem os programas de construção de *moradias de baixo custo*, sem a incumbência de recuperar cidades históricas, sem a *urbanização de lotes e favelas*, sem cuidar da *infra-estrutura das populações carentes*, o melhor que faz é sair do organograma. Não tinha o que fazer e tem menos agora.

O Ministério do Interior é outro que, no formato de departamento de outro ministério, pode dar conta do pouco que lhe ficou depois que perdeu as *estradas vicinais*, o apoio aos *pequenos municípios* e os programas que cheiram a picaretagem eleitoral.

O desmonte geral é, em si mesmo, a prova de que o supérfluo custa caro. Quanto mais depressa andar o governo na operação, mais rapidamente o caminho ficará livre para a boa administração de que os brasileiros andam saudosos.